ALERTA EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA

A Universidade brasileira encontra-se novamente ameaçada. Aproveitando-se das mais justas reivindicações da comunidade universitária, mais uma vez o Governo planeja medidas que, se concretizadas, comprometerão definitivamente o que resta de público e gratuito no Ensino Superior brasileiro.

Reunidas em Brasília nos dias 30 e 31/08, as Associações de Docentes das IES Federais Autárquicas e Fundacionais constataram que a estratégia governamental é usar a luta dos professores pela Isonomia Salarial e Carreira Única como ponta de lança para introduzir modificações de fundo na estrutura da universidade pública brasileira. Pretende o governo, através da propalada reforma administrativa, transformar a universidade num novo "Ente Jurídico" que, na lógica de descompromisso do Estado para com a educação, imponha às IES a necessidade de captação de recursos financeiros por conta própria, abra caminho para a cobrança de mensalidade aos alunos, gere condições para o pagamento diferenciado de salários aos docentes e para a privatização generalizada da produção do saber. Seria, de fato, retornar ao velho projeto de transformar as Autárquias em Fundações, contra o qual os docentes já reagiram com energia e eficácia, travestido agora no chamado "Regime Universidade".

A análise das informações custosamente obtidas na área ministerial impõe uma certeza: a de que a depender do governo não obteremos Isonomia Salarial entre Autarquias e Fundações neste ano.

Mais que isto: quando concedê-la, o governo pretende transformar a Isonomia num piso salarial, a partir do qual, e com seus próprios recursos, as IES remunerem seus professores de forma mais justa. A conseqüência lógica disto seria a imposição entre as universidades e entre os próprios docentes, de um relacionamento baseado na competição, através da qual as universidades "Mais competentes" (isto é as localizadas nos centros mais desenvolvidos) disputem os "Melhores" professores com universidades que, por falta de recursos disponíveis em suas respectivas regiões, ficarão condenadas à simples reprodução repetitiva do saber.

Através da reforma da Administração Pública, a Universidade deverá se transformar num "Ente Jurídico Novo" definido à revelia da Comunidade Universitária no âmbito da tecnoburocracia do MEC.

Clandestinidade necessária para a implantação de um projeto que é frontalmente contrário a todas as questões de princípio que vem sendo amadurecidas pelo MD ao longo dos últimos anos.

Está em jogo, portanto, não só o futuro da campanha pela Isonomia e Carreira Única nas IES federais, como ofuturo da própria universidade federal pública e gratuita...

O movimento docente não aceita ser mero espectador de um processo que, segundo todas as indicações, já está definido no fundamental.

A ANDES e as AD's exigem a participação ativa dos professores na reformulação do ensino superior brasileiro, e saberão, se preciso for, defender os princípios que devem orientar a universidade pública, gratuita, autônoma , democrática e competente. Tal como já fizeram em outras vezes.

REUNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE DOCENTES DAS IES FEDERAIS

Brasília - 02.09.86